

Deleuze, Agamben e Bartleby

Carlos Augusto Peixoto Junior*

Em março do ano de 1853, o escritor americano Herman Melville publica pela primeira vez, na Putnam's Monthly Magazine, de Nova York, seu famoso conto "Bartleby",¹ traduzido para a língua portuguesa como "Bartleby, o escrivão". Essa desconcertante peça literária, narrada em primeira pessoa por outro personagem, um advogado, relata a história de um "estranho" escriturário contratado por ele, que, pouco após um período inicial de comparação de textos jurídicos bastante produtivo, um dia recusa-se a realizar uma tarefa que lhe é solicitada com a seguinte frase: "I would prefer not to", ou seja, "Eu preferiria não"². Frase que, depois de pronunciada pela primeira vez, passa a contaminar todas as atividades de Bartleby no escritório, onde ele resolve definitivamente se instalar, viver, comer e dormir. Após tentar de tudo para convencê-lo a deixar o escritório, oferecendo-lhe inclusive outras oportunidades de trabalho, o advogado decide se mudar dali para um prédio em frente e acaba descobrindo que a sala havia sido oferecida a novos locatários e que Bartleby, tendo recebido uma intimação policial para se retirar, teria respondido com a mesma expressão: "Eu preferiria não". Preso, recebe a visita do ex-chefe, que tenta ajudá-lo oferecendo-lhe uma soma em dinheiro, a qual também é recusada pelo escriturário: "Eu preferiria não". Mantido na prisão, este "estranho" e curioso personagem para de comer, deixando-se morrer de fome e oferecendo ao mundo uma forma de subjetivação apaixonada em sua passividade, da qual nada nem ninguém jamais puderam movê-lo.

Obviamente uma obra literária de tamanha força psicológica, que aqui só podemos resumir brevemente, não poderia passar despercebida aos olhos dos psicanalistas. Alguns

* Psicólogo; Psicanalista; Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Contato: cpeixoto@puc-rio.br

¹ Melville, H. *Bartleby*, 1853/1990.

² Em uma das últimas edições brasileiras do conto, com tradução de Irene Hirsch (Melville, *Bartleby*, 1853/2005), a sentença está traduzida da seguinte forma: "Acho melhor não". Aqui traduzimos de um modo mais literal, mantendo do inglês o verbo preferir, em função da importância daquilo que, em Bartleby, Deleuze chamou de "lógica da preferência", conforme veremos mais adiante.

deles, em arroubos de classificação psicopatológica característicos de uma certa psicanálise, predominantemente francesa, imediatamente incluíram Bartleby na categoria dos melancólicos ou deprimidos, negativizando e esvaziando a potência diferenciadora de sua singularidade.

Marie-Claude Lambotte, por exemplo, preocupada em discutir a categoria de “denegação de intenção”, interpretou sua recusa radical e obstinada como uma simples desistência, associando ao vazio em torno do qual se constituía sua identidade a sua intempestiva indiferença. A fórmula complexa e aberta de Bartleby se vê aqui reduzida a uma mera descrença quanto à existência de algo capaz de ser objeto de sua preferência, denunciando assim, como nos clássicos casos de melancolia, a inutilidade da sustentação de qualquer desejo, fruto, segundo a autora, do “desconhecimento da presença do desejo do Outro desde a sua origem”.³ Frase um tanto enigmática, como podemos perceber, e que não encontra no texto da autora nenhuma positividade que retire Bartleby daquela posição supostamente melancólica. Outros, como Jacques Hassoun, encontraram no personagem melvilliano um exemplo de suspensão do desejo, de aprisionamento na morte, de gozo e crueldade da repetição infinita exercida na direção do outro e de si mesmo. Tratar-se-ia, nesse caso, mais uma vez, de uma negatividade fundamental, de um “nada me satisfaz”, de uma saturação extrema na falta da falta, característica da sufocação asmática que perpassa o mundo do melancólico, segundo o autor. Saturado de tudo, clamando sentenciosamente sua derrocada, sua decrepitude e sua miséria, Bartleby, na visão do psicanalista francês, não esperando mais nada da vida, apenas se afundava na apatia. Usando e abusando do seu “eu preferiria não”, ele corta toda demanda vinda do outro, pois “tudo já está consumado antes mesmo que a intricação das pulsões de vida e da pulsão de morte venha inscrever o que faz do vivente um sujeito desejante”.⁴ Eis, em linhas muito gerais, portanto, o que uma certa clínica psicanalítica, um tanto desprovida de crítica, pode fazer com um texto e um personagem tão ricos, dada a sua enorme dificuldade em lidar com as diferenças puras, com subjetividades muitas vezes “estranhas”, mas não desprovidas de singularidade e potência criativa.

³ Lambotte, M. C. *O discurso melancólico: da fenomenologia à metapsicologia*, p. 147.

⁴ Hassoun, J. *A crueldade melancólica*, p. 123.

Em uma perspectiva absolutamente diferente e, quem sabe, mais rigorosamente crítica, Gilles Deleuze afirma que o texto e o personagem de Melville não dizem nada além do que querem dizer literalmente: “eu preferiria não”. Sendo assim, trata-se de saber em que consiste a literalidade dessa fórmula que germina e prolifera. A cada pronunciamento, Bartleby provocaria uma espécie de estupor à sua volta, como se houvesse dito o indizível, esgotando de modo inexorável a linguagem. Nestas condições a loucura acaba por crescer em torno dele, provocando reações e proposições cada vez mais estranhas. Quando nos encontramos imersos no conto de Melville, não resta dúvida de que a fórmula é definitivamente devastadora e não deixa que quase nada subsista por trás dela. No entanto, será que se trata de uma devastação de cunho meramente autodestrutivo, como parecem sugerir as interpretações mencionadas anteriormente? Não, responde Deleuze, pois é preciso que se observe de imediato o seu caráter contagioso: ao pronunciar sua sentença, Bartleby altera a língua dos outros. Ele “retira dos destroços um *traço de expressão*, eu preferiria não, que vai proliferar sobre si, contaminar os outros”.⁵ Com isso, é a própria linguagem que se vê esvaziada, o que faz crescer uma zona de indeterminação ou de indiscernibilidade na qual palavras e personagens já não se distinguem mais. Desde esse ponto de vista, a fórmula que recusa sucessivamente qualquer outro ato não se caracterizaria por uma vontade de nada, como querem fazer parecer os dois psicanalistas franceses aos quais nos referíamos antes. A partir desta perspectiva, trata-se, ao contrário, do crescimento de um nada de vontade, que proporciona a Bartleby o direito de viver imóvel, numa “pura passividade paciente”, como diria Maurice Blanchot.

Ser enquanto ser e nada mais. Ele seria rapidamente vencido, julgado inútil e não sobreviveria, caso respondesse sim ou não. A regra que predomina em sua lógica é a da preferência negativa, a de um negativismo para além de qualquer negação. Não dispondo de um procedimento geral, ele se contenta com sua breve fórmula localizada e aparentemente correta, pelo menos em certas circunstâncias. E o resultado que alcança é o despedaçamento da linguagem por uma língua estrangeira que a confronta com o silêncio. Assim, na perspectiva deleuziana, Bartleby não tem outra saída a não ser calar a cada vez que pronuncia sua fórmula, até o seu silêncio final na prisão. “Após a fórmula não há mais nada a dizer: ela vale como um procedimento e sobrepuja sua aparência de

⁵ Deleuze, G. *Critique et clinique*, p. 98.

particularidade”.⁶ Mesmo aquelas palavras pronunciadas por ele excedem os pressupostos e leis gerais da língua, assim como as simples particularidades da fala. Suas palavras “são como vestígios ou projeções de uma língua original única, primeira, e levam toda a linguagem ao limite do silêncio e da música”.⁷

Essas teses mostram-se interessantes, antes de tudo, porque trazem implícitas algumas indicações sobre os limites da linguagem como referência através e a partir da qual podem ser pensadas algumas formas de subjetivação. Para Deleuze, *Bartleby* provoca um verdadeiro estrago nas teses tradicionais da pragmática da linguagem, segundo as quais as proposições linguísticas ou enunciados se dividiriam entre atos performativos autorreferentes ou constataativos que remetem a outras palavras ou coisas. A fórmula “eu preferiria não” exclui qualquer alternativa e devora até mesmo o que ela pretenderia conservar. Se *Bartleby* simplesmente se recusasse a alguma coisa, ele ainda poderia ser reconhecido como rebelde ou revoltado, e neste sentido desempenharia algum papel social. Mas a fórmula desarticula qualquer ato de fala, ao mesmo tempo em que faz do personagem melvilliano um puro excluído ao qual nenhuma condição social pode ser atribuída. Ele inventa, portanto, uma nova lógica, uma lógica da preferência que basta por si só para minar todos os pressupostos da linguagem. É por isso, aliás, sublinha Deleuze, que a fórmula, apesar de sua absoluta correção gramatical, funciona como uma verdadeira agramaticalidade. Na verdade, *Bartleby* é um homem sem referências ou posses, sem propriedades, qualidades ou particularidades. Sem passado nem futuro, ele é instantâneo, e sua fórmula alquímica não faz dele ninguém em particular, mas apenas um homem sem nome. Ele é somente mais um “homem arrasado e mecanizado das grandes metrópoles, mas dos quais se espera, talvez, que advenha o Homem do futuro ou de um novo mundo”.⁸

No entanto, sua fórmula - um traço de expressão que tudo contamina escapando às formas linguísticas e criando uma zona de indistinção ou de ambiguidade - também poderia caracterizar um processo altamente singular de identificação psicótica, a qual problematiza a dominância dos sintomas neurótico ou perverso. Algo como uma linha de fuga diante da neurose do velho mundo, que, destituindo o pai de sua palavra exemplar, coloca em questão

⁶ *Ibidem*, p. 94.

⁷ *Ibidem*, p. 106

⁸ *Ibidem*, p. 96

o sintoma social dominante na modernidade. Isto porque, na leitura afirmativa da psiquiatria diferenciada de Melville feita por Deleuze, a psicose implica o encaminhamento de um sonho assentado em uma função de fraternidade universal que não passa mais pela predominância da figura do pai. Construída sobre as ruínas da função paterna e supondo a dissolução de qualquer imagem do pai, ela segue uma linha autônoma de aliança ou vizinhança que faz de todos outros homens irmãos. Daí advém “a *comunidade dos celibatários*, segundo Melville, conduzindo seus membros num devir ilimitado”.⁹ Liberando os homens da função do pai, criando um novo homem, sem particularidades, reunindo o original e a humanidade, constitui-se uma nova sociedade de irmãos, uma nova universalidade, na qual a aliança substitui a filiação e o pacto, a consanguinidade. Tese que problematiza de forma radical a ideia, autoritária e pretensiosa, diga-se de passagem, segundo a qual só a instância paterna, como referência organizadora do universo simbólico, possibilitaria verdadeiramente a constituição de laços sociais. Mas cabe ainda ressaltar que não se trata apenas neste caso de uma particularidade oposta aos universais. Na verdade, trata-se de uma originalidade que ultrapassa a ambos de forma radical.

Aqueles que são realmente originais, para Deleuze e Melville, são seres solitários e potentes que excedem qualquer forma explicável. Eles lançam traços de expressão brilhantes que marcam a obstinação de um pensamento sem imagem, de uma questão sem resposta, de uma lógica extrema e despida de racionalidade. “Figuras de vida e de saber, eles sabem algo de inexprimível, vivem alguma coisa de insondável”.¹⁰ Tais figuras não têm nada de geral nem de particular e, por isso, escapam ao conhecimento, lançando um desafio à psicologia, à psiquiatria e à psicanálise. Esses seres originais não sofrem exatamente influências do meio, mas jogam uma luz sobre o entorno, a qual revela o vazio, a imperfeição das leis, a mediocridade das criaturas particulares e a hipocrisia do mundo constituído. Bartleby, portanto, é isso: não apenas psicótico, melancólico ou deprimido no sentido estrito de uma clínica tradicional; nem particular, nem geral, Bartleby é uma forma de subjetivação absolutamente nova e original. É nesse sentido que devemos compreender aquilo que Deleuze chamou de sua “vocação esquizofrênica: mesmo catatônico e

⁹ Ibidem, p. 108.

¹⁰ Ibidem, p. 106.

anorético, Bartleby não é o doente, mas o médico de uma América doente, o *Medicine-man*, o novo Cristo ou o irmão de todos nós”.¹¹

Giorgio Agamben é outro autor que atribui toda uma positividade à fórmula de Bartleby encontrando nela a “potência do não”. Como escrivão que deixou de escrever ele seria a figura extrema do nada do qual procede qualquer criação e, ao mesmo tempo, a mais implacável reivindicação deste nada como potência pura e absoluta. Ele, na verdade, teria se transformado na própria folha de papel em branco na qual se escreve. Por isso não seria estranho que ele se demorasse tão obstinadamente no abismo da possibilidade e não parecesse ter a menor intenção de sair dele. Assim ele se contrapõe a toda uma tradição ética que sempre tentou contornar o problema da potência reduzindo-a a termos como vontade e necessidade: “seu tema dominante não é o que se *pode*, mas o que se *quer* ou o que se *deve*”.¹² Segundo Agamben, a potência não é idêntica à vontade, assim como a impotência não corresponde diretamente a uma necessidade. Acreditar que a vontade tenha algum poder sobre a potência, que a passagem à ação seja resultado de uma decisão que acaba com a ambiguidade da potência (a qual é sempre potência de fazer ou não fazer), seria justamente a grande ilusão de toda moral.

Bartleby questionaria precisamente essa supremacia da vontade mostrando que ela não passa de um princípio que pretende pôr ordem no caos indiferenciado da potência. Como ele pode, unicamente, sem querer, desfruta de uma espécie de potência absoluta que de modo algum deixaria de provocar efeitos ou permaneceria desativada por falta de vontade: ao contrário, ela excede em muito a vontade (a própria, assim como a dos outros). Seu problema não é a falta de forças para poder querer algo, já que ele chega a poder (e não poder), sem querê-lo em absoluto. Daí a irredutibilidade de sua fórmula, “Eu preferiria não”. Não se trata de não querer copiar ou de não querer abandonar o escritório: ele simplesmente preferiria não fazê-lo. A fórmula, repetida cuidadosamente, destrói qualquer possibilidade de construir uma relação entre o poder e o querer, entre potência absoluta e potência ordenada. Essa é a própria fórmula da potência, a qual não é propriamente afirmativa nem negativa. Bartleby não aceita nem recusa, mas avança e se retira ao avançar, abrindo uma zona de indiscernibilidade entre o sim e o não, entre o preferível e o não

¹¹ Ibidem, p. 114.

¹² Agamben, G. *Bartleby o de la contingencia*, p. 111, grifado no original.

preferido, entre a potência de ser (ou fazer) e a potência de não ser (ou não fazer). Como mostra Agamben, analisando a fórmula em inglês (“I would prefer not to”),

é como se o *to* com o qual conclui [a frase] – o qual tem um caráter anafórico pois não remete diretamente a um segmento de realidade mas a um termo precedente, o único graças ao qual pode adquirir significado - se absolutizasse até perder qualquer referência, voltando-se, por assim dizer, sobre a própria frase: anáfora absoluta, que gira sobre si mesma, sem remeter a um objeto real nem a um termo anaforizado (‘I would prefer not to prefer not to...’).¹³

O escriturário melvillianiano não consente, mas tampouco se limita a negar, e nada lhe é mais estranho do que o *pathos* heroico da negação. Sua fórmula, mantendo-se a meio caminho entre a afirmação e a negação, entre a aceitação e a recusa, entre o poder e o abandonar, lembra muito mais o *pathos* próprio aos cétricos antigos, que se expressa através de uma suspensão: “nem isso nem aquilo”. Na visão de Agamben, o cético não se limita a contrapor o silêncio ao discurso, mas desloca a linguagem do registro da proposição (que predica algo de algo), para o do anúncio (que não predica nada de nada). Mantendo-se no registro do “nem”, a linguagem se converte em puro anúncio de uma paixão pelo fenômeno que nada tem de subjetivo. O *pathos*, nesse caso, se encontra purificado em relação a qualquer *doxa*, a qualquer parecer subjetivo: pura exposição do ser sem predicado algum. No entanto, se a fórmula que Bartleby repete não predica nada de nada e acaba se autoaniquilando, sustentando-se obstinadamente a meio caminho entre a aceitação e a recusa, qual seria a mensagem anunciada por ela?

Recorrendo ainda aos cétricos, o filósofo italiano afirma que eles não viam na suspensão uma simples indiferença, mas a experiência de uma possibilidade ou de uma potência. O que aparece no limiar entre o ser e o não ser, entre o sensível e o inteligível, entre a palavra e a coisa, não é o abismo obscuro do nada, mas a intensa luminosidade do possível. Se Leibniz expressava a potência originária do ser através do seu princípio de razão suficiente – “há uma razão pela qual existe algo e não o nada”, “há uma razão pela qual existe algo mais que o nada”¹⁴ –, a fórmula de Bartleby (assim como o seu arquétipo cético), na medida em que não se deixa reduzir nem ao polo do ser nem ao do nada,

¹³ Ibidem, p. 113. Cabe lembrar que, de acordo com o dicionário *Aurélio*, uma anáfora é: (1) “repetição de uma ou mais palavras no princípio de duas ou mais frases, de membros da mesma frase, ou de dois ou mais versos; (2) referência, mediante o uso de pronome, a um termo já enunciado”.

¹⁴ Ibidem, p. 116.

questiona esse princípio pretensamente mais forte, articulando uma escansão entre o ser e o nada: potência do indiscernível enquanto tal.

Com o seu ceticismo, Bartleby afirma uma preferência e uma potência que já não servem para assegurar a primazia do ser sobre o não ser porque existem sem razão de existir, na indiferença entre o ser e o nada. No entanto, essa indiferença não implica na equivalência de dois princípios opostos, mas no modo de ser de uma potência purificada em relação a qualquer razão. O seu “não ter mais razão para existir do que não existir” é a própria afirmação da existência de algo além do nada. À famosa questão hamletiana de Shakespeare, que supostamente resolve todos os problemas existenciais através da alternativa entre ser ou não ser - questão, aliás, muito apreciada por certa corrente da psicanálise francesa - a fórmula do escrivão opõe um termo que ultrapassa os outros dois: o “não ainda”. Ser capaz de suportar um “não ainda” entre o ser e o nada a partir de uma potência pura, permanecer até o fim na impotente possibilidade que ultrapassa a um e ao outro, essa é a prova de Bartleby.¹⁵ O biombo que delimita o seu espaço no escritório em que trabalha traça o perímetro de um laboratório onde a potência – num sentido distinto ainda que próximo ao de Nietzsche – prepara um experimento no qual, ao liberar-se do princípio de razão, se liberta tanto do ser como do não ser, criando a sua própria ontologia. Um experimento que, na visão de Agamben, nada tem a ver com os experimentos científicos, mas com a experiência poética.

Os experimentos poéticos, diferentemente dos científicos, não concernem à verdade ou à falsidade de uma hipótese, à verificação ou à falsificação, mas questionam o próprio ser, antes ou além de sua verdade ou falsidade. “São *experimentos sem verdade*, porque neles não se trata da verdade”.¹⁶ Quem se aventura nesses experimentos não arrisca propriamente a verdade de seus enunciados, mas o seu próprio modo de existir, realizando no âmbito de sua história subjetiva uma mutação antropológica absolutamente decisiva. Essa outra classe de experimentos também procura responder a uma pergunta: em que condições alguma coisa poderá ser verificada e, ao mesmo tempo, não se verificar, ser não apenas verdadeira mas também falsa? Somente em uma experiência que se desconectou de qualquer relação com a verdade - com o subsistir ou não subsistir dos estados de coisas - o

¹⁵ Peixoto Junior, C. A. *Singularidade e subjetivação*, pp. 70-82.

¹⁶ Agamben, G. *Bartleby o de la contingencia*, p. 119, grifo nosso.

“não preferir” do personagem de Melville adquire seu pleno sentido. A essa experiência da tautologia, de uma proposição indiferente às condições de verdade porque sempre verdadeira, corresponde em Bartleby a experiência de que algo possa ser verdade e ao mesmo tempo não verdade. Se ninguém pode pretender verificar a fórmula do escriturário é porque o experimento sem verdade não remete ao ser ou não ser em ato de algo, mas ao seu ser em potência. E essa potência, enquanto poder ser ou não ser, se subtrai, por sua própria definição, a qualquer condição de verdade e, antes de tudo, ao mais firme de todos os princípios, qual seja, o princípio de contradição. Um ser que pode ser e, concomitantemente, não ser, afirma Agamben, recebe em filosofia o nome de contingente. O experimento no qual Bartleby se arrisca é na verdade um experimento de contingência absoluta.

Recorrendo agora a Duns Scott, Agamben procura esclarecer que, ainda que exista alguma contradição entre duas realidades opostas em ato (ser e não ser), nada impede que algo seja em ato e conserve, no entanto, ao mesmo tempo, a potência de não ser ou ser de outro modo. Citando o pensador escocês, o autor nos mostra que contingente não é o que “não é necessário nem eterno, mas aquilo cujo contrário teria podido ocorrer no mesmo momento em que isso acontece”¹⁷. Assim, pode-se, no mesmo instante, agir de uma maneira e poder agir de outra (ou não agir em absoluto). O que mais importa quanto à vontade que está em jogo nesse caso não é tanto a decisão, mas a experiência de copertinência constitutiva e irreduzível entre poder e “poder não”, querer e “querer não”, onde aquele que quer experimenta também o poder de não querer. A vontade nesse caso, em sua dimensão de ambivalência constitutiva, é a única esfera que se subtrai ao princípio de contradição: só a vontade seria indiferente aos contrários por ter em seu poder, com respeito a um mesmo objeto, tanto o querer quanto o não querer, como contrários.

Bartleby também realiza o seu experimento levando ao pé da letra a tese aristotélica segundo a qual a tautologia “terá lugar ou não terá lugar” é necessariamente verdadeira em seu conjunto, independentemente de que se realize uma ou outra de suas possibilidades. Seu experimento concerne exatamente ao lugar dessa verdade, só leva em conta a verificação de uma potência enquanto tal, ou seja, de algo que pode ser e, ao mesmo tempo, não ser. Esse experimento só é possível na medida em que se questione o princípio de

¹⁷ Ibidem, p. 123.

irrevogabilidade do passado, ou melhor, que se questione o que haveria de irrealizável retroativamente na potência, abrindo a questão dos “passados contingentes”. Nesses termos, uma lembrança não é nem o ocorrido nem o não ocorrido, mas a sua potenciação, o seu voltar a ser possível.

Bartleby questiona o passado desta maneira: ele o reivindica. Não simplesmente para redimir aquilo que se passou, para fazê-lo ser de novo, mas para reconduzi-lo à potência, à indiferente verdade da tautologia. O ‘preferiria não’ é a *restitutio in integrum* da possibilidade que a mantém a meio caminho entre o acontecer e o não acontecer, entre o poder ser e o não poder ser. Trata-se da lembrança do que não se passou¹⁸.

Essa retroação da potência sobre o passado pode, de fato, ocorrer tal como comparece no eterno retorno de Nietzsche. Pois inclusive a repugnância, o “deixar de querer” da vontade com relação ao passado e seu “assim foi” é, para ele, a origem do espírito de vingança, do pior castigo idealizado pelos homens. Impotente contra o que está feito, a vontade é uma malévola espectadora do passado. Ela não pode querer o passado. Que o tempo não possa retroceder é o que a deixa colérica; “o que foi” é justamente a pedra que a vontade não pode mover. Por isso Zarathustra ensina à vontade a “querer para trás”, a transformar qualquer “assim foi” em um “assim eu o quis”.

Agamben chama ainda a nossa atenção para o fato de que Bartleby é um *law-copyist*, um escriturário no sentido evangélico, e que sua renúncia a copiar é também uma renúncia à Lei, um libertar-se da “velharia da letra”. Como ocorreu com Josef K., Bartleby também foi visto pelos comentadores como uma figura de Cristo – “um novo Cristo”, como disse Deleuze – que vem abolir a antiga Lei e inaugurar um novo mandamento. Mas se ele é um novo Messias, não veio, como Jesus, para a redenção do passado, mas para salvar o que não se passou num mundo onde nada é compossível com nada, onde existe “nada e ainda assim algo”. A interrupção da escrita no caso do personagem melvillianiano assinala a passagem à criação segunda, na qual Deus reivindica sua potência de não ser e cria a partir do ponto de indiferença entre potência e impotência. “A criação que acontece desse modo não é uma recriação nem uma repetição, mas, melhor dizendo, uma *descrição*, na qual o

¹⁸ Ibidem, p. 130.

que ocorreu e o que não aconteceu se restituem à sua unidade originária na mente de Deus, e na qual aquilo que podia não ser e foi se dissemina naquilo que podia ser e não foi”¹⁹.

Mas, então, afinal, poderiam perguntar, por que Bartleby? Na verdade não há propriamente resposta para essa pergunta, porque Bartleby não é, em termos mais rigorosos, nem um personagem literário nem uma “figura”; nem uma metáfora nem um nome próprio; nem uma pergunta nem uma resposta, mas um problema no sentido deleuziano do termo²⁰. Um problema que escapa ao que Foucault chamou de “neurose da dialética”, que só consegue lidar com as diferenças a partir de um ponto de vista negativo. Neste sentido, pensar problematicamente é pensar diferentemente as diferenças; não mais neuroticamente, agrupando contradições em uma unidade, fruto de uma atividade de autoapropriação, mas de acordo com o estilo de pensamento de Bartleby, que permanece passivo sem se deixar levar por uma mesmice inerte. Trata-se de uma passividade que passa eterna e pacientemente como o que ao mesmo tempo nunca ocorreu nem nunca vai desaparecer, algo como uma paixão neutra pelo neutro: uma voz sem sujeito. E precisamente por tratar-se de uma voz sem sujeito, a resposta dessa voz é uma não resposta na medida em que não pertence exclusivamente a alguém, mas, ao mesmo tempo, a todos e a ninguém. Talvez por esse motivo Jacques Derrida tenha dito que a resposta de Bartleby é uma resposta sem resposta. Pois se trata da resposta de uma paixão neutra, de um segredo absoluto. Trata-se, ainda de acordo com Derrida, “daquilo que não responde”. Do que não é responsivo. Mas “será que devemos chamar isso de morte? De lidar com a morte?”, pergunta-se o filósofo francês. E nos responde: “não vejo nenhuma razão para não chamar isso de vida, existência, traço”²¹. A não responsividade de Bartleby é, portanto, a de *uma* vida, singular, neutra, pré-individual. Bartleby é o nome do inominável, aquilo que frustra o narcisismo de qualquer identidade. Ele é, por assim dizer, a normalidade de todos os anormais, a resistência de todos os segregados.

¹⁹ Ibidem, p. 135.

²⁰ Arsic, B. *Active habits and passive events or Bartleby*, pp. 135-137.

²¹ Derrida, J. *Sauf le nom*, p. 75.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. “Bartleby o de la contingencia” In: *Preferiría no hacerlo: Bartleby el escribiente de Herman Melville*, Madrid, Pre-Textos, 1996.
- ARSIC, B. “Active habits and passive events or Bartleby” In: PATTON, P. & PROTEVI, J. *Between Deleuze and Derrida*, London, Continuum, 2003.
- DELEUZE, G. *Critique et clinique*, Paris, Minuit, 1993
- DERRIDA, J. *Sauf le nom*, Galilée, 1993.
- HASSOUN, J. *A crueldade melancólica*, RJ, Civilização Brasileira. 2002
- LAMBOTTE, M. C. *O discurso melancólico: da fenomenologia à metapsicologia*, RJ, Companhia de Freud. 1997
- MELVILLE, H. *Bartleby and Benito Cereno*, NY, Dover Publications, 1856/1990
- _____. *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street*, SP, Cosac Naify, 1856/2005.
- PEIXOTO JUNIOR, C. A. *Singularidade e subjetivação: ensaios sobre clínica e cultura*, RJ, 7Letras/PUC-Rio, 2008.

Recebido em: 23/02/2015 – Received in: 02/23/2015

Aprovado em: 23/03/2015 – Approved in: 03/23/2015